



As minhas reflexões sobre uma nova divisão geográfica e administrativa do basquetebol não são de agora. Há mais de 10 anos escrevi que a origem das associações em torno do conceito distrital nasceu em 1942

e resultou da necessidade política de um maior controle por parte do Estado Novo sobre os movimentos associativos. Para termos noção desses tempos antes de 1942, e a título de exemplo no distrito de Lisboa existiam três associações: a Associação de Basquetebol de Lisboa, a Associação de Basquetebol de Torres Vedras e a Associação de Basquetebol da Costa do Sol, duas das quais foram extintas e integradas na Associação de Basquetebol de Lisboa, pois só podia haver uma associação por distrito.

Embora esta divisão distrital tivesse origem em fatores políticos, esta divisão foi importante e eficaz depois do 25 de Abril. Com um maior investimento do Estado na atividade desportiva, nomeadamente através dos planos de desenvolvimento das modalidades fomentados pela antiga Direção Geral dos Desportos DGD. Nessa altura a DGD tinha várias delegações distritais de desporto, que financiavam a promoção do desporto a nível distrital. Como o financiamento principal para as atividades desportivas vinha através das delegações regionais/distritais do desporto era natural que as Associações também assentassem numa lógica distrital.

Este modelo de desenvolvimento teve um papel importante no surgimento de muitas Associações Distritais do Basquetebol inexistentes antes de 1974. A título de exemplo da importância da DGD no crescimento e desenvolvimento da modalidade, os praticantes de minibásquete não eram inscritos na Federação, eram inscritos na Direção Geral dos Desportos e muitos dos monitores de minibásquete, assim como toda a documentação produzida para promoção da modalidade eram pagos com verbas da Direção Geral dos Desportos. Os grandes eventos de minibásquete que se realizaram nesses anos eram também financiados pela Direção Geral dos Desportos.

Com a transformação da Direção Geral dos Desportos no que é atualmente o IPDJ e a lenta

extinção das Delegações Distritais da DGD a lógica do financiamento passou a ser outra. A Federação passou a receber mais dinheiro do estado e passou a ser a Federação a financiar as Associações. Os anos 90, quando o minibásquete ficou entregue apenas à federação, corresponderam ao quase desaparecimento do minibásquete em Portugal, tendo este, salvo honrosas exceções de algumas associações, ficado quase exclusivamente entregue apenas às poucas iniciativas de alguns clubes. Os eventos destinados ao minibásquete eram residuais ou inexistentes, no final dos anos noventa, nos Planos de Atividades da Federação.

Os distritos foram criados em 1835, mas a sua importância, como referi no artigo anterior, tem vindo a diminuir. Agora o financiamento para as atividades desportivas vem em grande parte das câmaras municipais e os fundos europeus são geridos através das comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas.

“Com a lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dando continuidade à reorganização administrativa e à reestruturação de competências na organização do território, os distritos foram relegados para um plano secundário, com o protagonismo administrativo das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais .” In Wikipédia

Não estou a propor a criação de associações com base na atual divisão de financiamento do país, as áreas metropolitanas e as comunidades intermunicipais, mas pode ser uma base de partida, levando em consideração outros critérios.

Em anexo, com escalonamento na base da densidade populacional, estão as 25 atuais regiões do país. Estas poderão ser um ponto de partida para a discussão e reflexão sobre uma nova divisão geográfica e administrativa da modalidade. Mantermo-nos na lógica distrital é que, como já referi em artigos anteriores, não tem sentido.

Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais

Comunidades intermunicipais, ponto de partida?

Escrito por San Payo Araújo
Terça, 06 Junho 2023 00:00

Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais	Nº de Concelhos	Área em Km2	Nº de Habitantes	Densidade Populacional
Área Metropolitana de Lisboa	18	3.001	2 870 770	957
Área Metropolitana do Porto	17	2.040	1 736 491	851
Região do Cávado	6	1.246	416 652	351
Região da Madeira	11	801	250 769	313
Região do Ave	8	1.451	418 531	288
Região do Tâmega e Sousa	11	1.832	408 675	223
Região de Aveiro	11	1.692	367 490	217
Região do Oeste	12	2.220	363 551	164
Região de Leiria	10	2.449	286 792	118
Região do Alto Minho	10	2.219	231 293	104
Região de Coimbra	19	4.335	436 929	101
Região do Centro	17	7.001	715 600	101
Região do Alentejo	15	6.305	210 633	33
Região do Algarve	16	4.960	467 475	94
Região Viseu Dão-Lafões	14	3.238	252 793	78
Região da Lezíria do Tejo	11	4.275	235 892	55
Região do Douro	19	4.032	183 886	46
Região das Beiras e S. da Estrela	15	6.305	210 633	33
Região do Alto Tâmega	6	2.922	84 253	28
Região do Alentejo Central	14	7.393	152 511	22
Região de Trás-os-Montes	9	5.544	107 293	19
Região do Alentejo Litoral	5	5.308	96 485	18
Região da Beira Baixa	6	4.614	80 775	17
Região do Alto Alentejo	15	6.230	104 930	17
Região do Baixo Alentejo	13	8.505	114 889	13
Totais	308	91.228	10 344 802	113

Negócios, tecnologia e inovação são as principais prioridades da Região de Lisboa e do Alentejo, enquanto a Região do Centro foca a